

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR045644/2013


SIND EMPR AUTARQUIAS FED DE REG E FISC PROFISSIONAL SC, CNPJ n. 80.673.494/0001-04, localizado(a) à Rua Marechal Guilherme, 103, Ed. Canadá - Sala 706, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). TEREZINHA EMILIA TURNES, CPF n. 179.285.679-20, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 19/03/2012 no município de Florianópolis/SC;

E

CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL, CNPJ n. 76.557.099/0001-99, localizado(a) à Rua dos Ilhéus, 38, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-560, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). MAGALI REGIS FRANZ, CPF n. 557.597.859-15

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR045644/2013, na data de 08/08/2013, às 16:33.

, 08 de agosto de 2013.



TEREZINHA EMILIA TURNES
Presidente

SIND EMPR AUTARQUIAS FED DE REG E FISC PROFISSIONAL SC

NDP/DRT-SC
46220.004463/2013-80
/ / 2013



MAGALI REGIS FRANZ
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2013-2014

De um lado o **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO**, pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia fiscalizadora, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Sl. 1005, Centro, CEP 88101 - 560, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001 - 99, representado por sua Presidente, Magali Régis Franz, doravante denominado simplesmente **CRESS – 12 R**, e de outro lado, o **SEAUF - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AUTARQUIAS FEDERAIS DE REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA**, entidade profissional de primeiro grau, com sede na rua Marechal Guilherme, 103, Sala 706, Centro, CEP 88.010-010, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 806.734.940/0001-04, neste ato representado pela sua Presidente signatária, doravante denominado simplesmente **SINDICATO**, têm entre si, nos termos do disposto no § 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, celebrado o presente Acordo Coletivo de Trabalho conforme as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – REAJUSTE/REPOSIÇÃO SALARIAL

Em 1º de maio de 2013 os salários dos **EMPREGADOS** do **CRESS – 12 R** serão reajustados pelo índice de 7,16% (sete vírgula dezesseis por cento) referente à reposição salarial conforme disposto no artigo 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – HORAS EXTRAORDINÁRIAS DE TRABALHO - INSTITUIÇÃO DO BANCO DE HORAS.

Fica mantido o sistema de BANCO DE HORAS para os **EMPREGADOS** do **CRESS – 12 R** definidos no Acordo Coletivo de Trabalho vigente de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, com contratos de trabalho em vigor em maio de 2012 e para os que a partir de então foram admitidos, para a finalidade de compensação de horas trabalhadas além da jornada normal de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A partir da admissão, o **EMPREGADO** receberá o valor correspondente a 1% (um por cento) do salário básico mensal para cada ano de serviço prestado ao **CRESS – 12 R**, a título de anuênio, o qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais, conforme já disposto no inciso I do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA QUARTA – 13º SALÁRIO - ANTECIPAÇÃO

Por ocasião do gozo das férias, o **CRESS – 12R** pagará 50% (cinquenta por cento) da remuneração do **EMPREGADO** como adiantamento por conta do 13º salário, conforme já

disposto no inciso II do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

Parágrafo único. Aqueles que não gozarem as férias até o dia 30 (trinta) de junho de cada ano receberão até esta data o adiantamento acima mencionado.

CLÁUSULA QUINTA – SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

5.1. Quando a substituição de **EMPREGADO** se tratar de remanejamento em virtude de férias ou outra razão distinta da demissão, que ultrapasse o período de 10 (dez) dias, o substituto deverá receber salário idêntico ao salário do substituído cuja diferença será paga a título de gratificação, enquanto perdurar a substituição eventual, sem incorporação ao salário do substituto.

5.2. Quando o salário do **EMPREGADO** substituído for inferior ao salário do **EMPREGADO** substituto, o **EMPREGADO** substituto receberá o seu salário, normalmente.

CLÁUSULA SEXTA – FÉRIAS PROPORCIONAIS

O **EMPREGADO** com menos de 1 (um) ano de serviço que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho, terá direito a férias proporcionais de 1/12 (um doze avos) para cada mês completo de efetivo trabalho, ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALE-ALIMENTAÇÃO

O **CRESS – 12R** fornecerá a seus **EMPREGADOS** vale-alimentação, conforme previsto nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso XI do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, cujos valores foram reajustados pelo art. 3º da Resolução CRESS/SC n. 07/2012 e pelo art. 2º da Resolução CRESS/SC n. 10/2013, obedecendo-se as seguintes regras:

- I – será um pagamento mensal, de caráter indenizatório, por dia de trabalho, no valor de 22 (vinte e duas) cotas de R\$ 21,42 (vinte e um reais e quarenta e dois centavos) cada;
- II – havendo falta ou suspensão do contrato de trabalho, este benefício continuará a ser pago por até 30 (trinta) dias;
- III – o vale-alimentação de um mês será pago até o último dia útil do mês anterior.

CLÁUSULA OITAVA – VALE-REFEIÇÃO

O **CRESS – 12R** fornecerá a seus **EMPREGADOS** vale-refeição, conforme previsto nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do inciso XII do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, cujos valores foram reajustados pelo art. 3º da Resolução CRESS/SC n. 07/2012 e pelo art. 2º da Resolução CRESS/SC n. 10/2013, obedecendo-se as seguintes regras:

- I – será um pagamento mensal, de caráter indenizatório, por dia de trabalho, no valor de 22 (vinte e duas) cotas de R\$ 13,38 (treze reais e trinta e oito centavos) cada;
- II – o vale-refeição será pago de acordo com os dias efetivamente trabalhados, não incluídos os dias de férias;
- III – caso haja dias não trabalhados, o **CRESS – 12R** poderá efetuar descontos no pagamento do vale-refeição devido no mês subsequente;
- IV - o vale-refeição de um mês será pago até o último dia útil do mês anterior.

CLÁUSULA NONA – ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE

Mediante aviso prévio de 72 (setenta e duas) horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do **EMPREGADO** nos dias de provas do exame vestibular, quando comprovada tal finalidade, conforme previsto no inciso III do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR

Será abonada a falta do **EMPREGADO** por até dois dias, a cada mês, no caso de necessidade do acompanhamento em consulta médica ou na internação hospitalar de dependente (cônjuge/filhos), mediante comprovação por declaração médica, conforme previsto no inciso IV do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VALE TRANSPORTE

O **CRESS – 12R** fornecerá a seus **EMPREGADOS** vale-transporte que satisfaça as despesas com transportes coletivos desde que deles necessitem, mensalmente, sem ônus para os mesmos, conforme previsto no inciso V do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E LABORATORIAL

O **CRESS – 12R** fornecerá a seus **EMPREGADOS** um convênio com plano de saúde, de assistência médica, hospitalar e laboratorial, sem contraprestação financeira do **EMPREGADO**, extensível a seus filhos até a idade limite de 18 (dezoito) anos, nos termos do inciso VI do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIA DO ANIVERSÁRIO

Fica o **EMPREGADO** dispensado do trabalho no dia do seu aniversário, sem prejuízo do seu salário, nos termos do inciso VII do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DATA DO PAGAMENTO

O **CRESS – 12R** efetuará o pagamento do salário de seus **EMPREGADOS** até o último dia útil do mês correspondente, conforme previsto no inciso XIII do art. 1º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho de todos os **EMPREGADOS** do **CRESS – 12R** é de 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto no art. 4º da Resolução CRESS/SC n. 10/2008-2011, alterada pelas Resoluções CRESS/SC n. 57/2010 e n. 82/2011 e consolidada pela Resolução CRESS/SC n. 82/2011, mantida pela Resolução CRESS/SC n. 07/2012 bem como pela Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECEBIMENTO DE DIÁRIAS

Os **EMPREGADOS** do **CRESS – 12R** terão direito ao recebimento de diárias, ajudas de custo e transportes, nos termos e condições estabelecidas na Normativa Interna para Procedimentos Administrativo-Financeiros n. 001/2008-2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DESCONTO DE MENSALIDADES

O **CRESS – 12R** descontará em folha de pagamento, a crédito do Sindicato, os valores relativos à mensalidade fixada aos associados mediante carta de autorização do **EMPREGADO**, repassando-os ao **SEAUF** mediante recebimento da documentação correlata (Guia de Pagamento, Recibo, ou outro que os substitua).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LICENÇA MATERNIDADE

A Licença Maternidade a ser concedida às **EMPREGADAS** do **CRESS – 12R** passa a ser de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 1º de maio de 2013 conforme disposto no art. 3º da Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS instituído pela Resolução CRESS/SC n. 07/2013 deverá ser totalmente implementado até 31 (trinta e um) de dezembro de 2013 nos termos do disposto no art. 4º da Resolução CRESS/SC n. 10/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DATA BASE E VIGÊNCIA

Para efeito de depósito, registro e posterior arquivamento junto à DRT, este Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de maio de 2013 e encerrando-se em 30/04/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Este Acordo Coletivo de Trabalho, impresso em 3 (três) laudas, está sendo lavrado numa só via, extraindo-lhe tantas cópias quantas forem necessárias para arquivo dos acordantes e uma delas será depositada na Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina, para fins de registro, como ordena o parágrafo único do art. 613 da CLT.

21.2 E, por estarem assim justos e acordados, assinam os representantes legais dos acordantes e seus assessores jurídicos, este documento, para que se produzam os efeitos legais.

Florianópolis, 29 de maio de 2013.

Magali Régis Franz
Presidente
CONS. REG. DE SERVIÇO SOCIAL
12ª REGIÃO

Terezinha Emilia Turnes
Presidente
SIND EMPR AUT FED DE
REG E FISC PROFISSIONAL SC

Assessoria Jurídica CRESS – 12R

Assessora Jurídica - SEAUF